

Demonstrações Financeiras

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Londrina - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Investigação interna

Conforme mencionado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. instaurou Comitê Independente para coordenar investigação interna com o propósito de apurar os eventos reportados nos mandados de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Federal, na sede da Controladora e da Companhia, em 22 de fevereiro e 26 de setembro de 2018.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juízes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, que investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex-executivos de sua Controladora e da Companhia. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa.

O Comitê Independente em conjunto com o escritório contratado para conduzir as investigações internas, concluiu seus trabalhos em 29 de abril de 2019 e, comunicou ao Conselho de Administração da Controladora da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte os resultados factuais provenientes dos procedimentos investigativos, limitações de trabalho e por fim as recomendações para aprimoramento do programa de Compliance Anticorrupção. Ainda, encontram-se em andamento investigações pelas autoridades públicas envolvendo executivos e ex-executivos da Controladora e da Econorte. Diante dos resultados e limitações apresentados pela investigação interna, não foi possível obtermos evidências de auditoria suficientes sobre os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte, incorreu no prejuízo de R\$ 193.825 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 95.797 mil. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível concluir se o Relatório da Administração também poderia estar distorcido de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos a responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria inclui a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Impairment de ativos intangíveis - Concessão de rodovias

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2018 os ativos intangíveis de concessão de rodovias totalizam R\$42.657 mil, cujo valor recuperável é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil. A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Considerando o cenário de incerteza em que a Companhia está atravessando em decorrência das denúncias do Ministério Público e medidas judiciais com efeitos adversos à Companhia, faz-se necessária a análise das premissas que suportem as projeções de geração de caixa e recuperabilidade dos ativos para o período do contrato de concessão, as quais tem sido diretamente afetada pelas decisões judiciais. As premissas utilizadas envolvem alto nível de julgamento, motivo pelo qual, entendemos tratar-se de um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria contaram com a assistência de especialistas e incluíram: (i) avaliação da metodologia de impairment utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1); (ii) confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível; (iii) discussão detalhada das premissas utilizadas em função das decisões judiciais ocorridas e verificação de incorporação desses fatos nas projeções utilizadas; (iv) avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos intangíveis de concessão de rodovias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos intangíveis de concessão de rodovias adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

A mensuração do ativo intangível de concessão é afetada por elementos subjetivos, devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de despesas no ativo intangível de concessões como área significativa de auditoria. As divulgações deste item estão incluídas na Nota Explicativa nº 7 das demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação das políticas de capitalização de ativo intangível das concessões, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) testes sobre uma amostra de adições ao ativo intangível de concessões, incluindo análises com a área de engenharia; (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e às normas contábeis vigentes; e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos referidos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro e transações operacionais, como prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As divulgações deste item estão incluídas na Nota Explicativa nº 15 das demonstrações financeiras.

Avaliamos as transações com partes relacionadas um dos principais assuntos de auditoria considerando a possibilidade de que ocorram transações que não estejam acordados ou registradas por valores adequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas com partes relacionadas durante o exercício de 2018; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações com partes relacionadas mais relevantes, incluindo a inspeção de contratos, revisão dos controles e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações com partes relacionadas pelo Conselho de Administração de acordo com a política da Companhia; e (iv) realização de procedimentos de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas na nota explicativa acima mencionada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

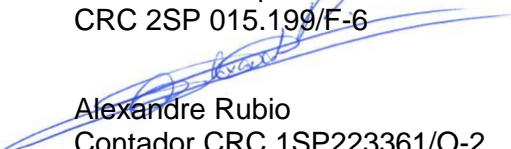
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 08 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/F-6



Alexandre Rubio
Contador CRC 1SP223361/O-2

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.621	12.292
Aplicações financeiras vinculadas	5	17.626	16.716
Contas a receber de clientes	6	7.773	14.041
Partes relacionadas	15	3.436	-
Outros créditos		112	113
Impostos a recuperar		3.320	-
Despesas antecipadas		846	113
Total do ativo circulante		<u>55.734</u>	<u>43.275</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	35	35
Depósitos judiciais	11	324	1.909
Impostos diferidos	14	-	24.995
Intangível	7	42.657	314.494
Intangível em construção	7	9.816	-
Total do ativo não circulante		<u>52.832</u>	<u>341.433</u>
Total do Ativo		<u>108.566</u>	<u>384.708</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		9.384	13.871
Obrigações contrato de concessão		1.294	1.504
Empréstimos	8	9.404	15.000
Instrumentos financeiros derivativos	13	16.813	9.466
Debêntures	9	61.623	57.703
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	22	29.103	25.306
Obrigações sociais		3.901	3.611
Obrigações tributárias	10	1.354	4.435
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	-	949
Partes relacionadas	15	17.576	2.367
Outras exigibilidades		1.079	446
Total do passivo circulante		151.531	134.658
Não circulante			
Debêntures	9	32.609	109.028
Instrumentos financeiros derivativos	13	7.237	15.688
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	22	22.042	20.932
Impostos diferidos	14	315	31.374
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	11	265	374
Total do passivo não circulante		62.468	177.396
Patrimônio líquido	12		
Capital social		79.200	49.200
Ajustes de avaliação patrimonial		-	19.986
Reservas de lucros		-	3.468
Prejuízos acumulados		(184.633)	-
Total do patrimônio líquido		(105.433)	72.654
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		108.566	384.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida	17	223.428	253.907
Custo operacional			
Conservação e manutenção rodovias		(23.868)	(46.944)
Custo de construção - ativos da concessão		(26.074)	(44.718)
Operação de rodovias		(10.579)	(14.112)
Pessoal		(12.807)	(8.704)
Seguros e outros		(2.619)	(5.541)
Amortização	7	(79.027)	(54.403)
	18	(154.974)	(174.422)
Lucro bruto		68.454	79.485
Despesas operacionais			
Despesas com administradores		(2.176)	(2.159)
Despesas com pessoal		(8.681)	(6.229)
Despesas administrativas		(21.946)	(19.161)
Outras receitas (despesas) operacionais		(185.984)	-
	18	(218.787)	(27.549)
Resultado antes do resultado financeiro		(150.333)	51.936
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		3.760	4.905
Despesas financeiras		(34.893)	(45.187)
		(31.133)	(40.282)
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e contribuição social		(181.466)	11.654
Imposto de renda e contribuição social	14	(10.587)	(14.993)
Imposto diferido	14	(1.772)	11.224
		(12.359)	(3.769)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(193.825)	7.885
Prejuízo (lucro) líquido básico e diluído por ação - em reais		(10.2396)	0,5798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	<u>(193.825)</u>	<u>7.885</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(193.825)</u>	<u>7.885</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros prejuízos acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	49.200	24.011	-	620	-	(8.113)	65.718
Realização da reserva de reavaliação	12	-	(6.098)	-	-	6.098	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	12	-	2.073	-	-	(2.073)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.885	7.885
Destinação proposta da reserva de lucros							
Constituição de reserva legal	12	-	-	394	-	(394)	-
Constituição de reserva estatutária	12	-	-	-	40	(40)	-
Constituição de reserva	12	-	-	-	2.414	(2.414)	-
Dividendos	12	-	-	-	-	(949)	(949)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	49.200	19.986	394	660	2.414	-	72.654
Realização da reserva de reavaliação	12	-	(7.235)	-	-	7.235	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	12	-	2.460	-	-	(2.460)	-
Reversão da reserva de reavaliação	12	-	(15.211)	-	-	-	(15.211)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(193.825)	(193.825)
Destinação proposta da reserva de lucros							
Aumento de capital	12	30.000	-	-	-	-	30.000
Absorção de prejuízos da reserva legal	12	-	-	(394)	-	394	-
Absorção de prejuízos da reserva estatutária	12	-	-	-	(660)	660	-
Absorção de prejuízos da reserva de lucros	12	-	-	-	(3.363)	3.363	-
Reversão de distribuição de dividendos	12	-	-	-	949	-	949
Saldos em 31 de dezembro de 2018	79.200	-	-	-	-	(184.633)	(105.433)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	89.012	109.926
Das operações	100.684	105.288
Resultado do exercício antes dos tributos	(181.466)	11.654
Amortização	79.027	54.403
Resultado na baixa do intangível	36	91
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(109)	(271)
Despesas antecipadas com debêntures e empréstimos	1.508	1.440
Provisão para manutenção ativos de concessão	1.097	4.022
Despesas financeiras manutenção ativos de concessão	3.811	5.223
Valor justo debêntures	(1.750)	620
Perda instrumentos derivativos	(2.019)	2.195
Marcação a mercado derivativos	916	(703)
Provisão para perda redução ao valor recuperável	185.984	-
Despesas de juros sobre empréstimos	1.413	1.702
Despesas monetária das debêntures	12.236	24.912
Aumento em:	365	554
Contas a receber de clientes	6.267	(220)
Partes relacionadas	(3.436)	-
Outros ativos de curto prazo	(4.051)	1.517
Depósitos judiciais	1.585	(743)
Redução (aumento) em:	(12.037)	4.084
Fornecedores	(10.194)	13.757
Partes relacionadas	10.903	2.238
Obrigações tributárias	(649)	(130)
Imposto de renda e contribuição pagos	(13.019)	(12.561)
Outros passivos de curto prazo	922	780
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(17.182)	(41.547)
Adições ao ativo intangível	(16.272)	(44.718)
Aplicação financeira	(910)	3.171
Caixa aplicado pelas atividades de financiamentos	(61.501)	(61.709)
Captação de empréstimos	785	13.800
Pagamento de empréstimos e debentures	(76.919)	(44.280)
Pagamento de Juros sobre empréstimos e debentures	(15.367)	(30.280)
Dividendos / JCP pagos	-	(949)
Aumento de capital	30.000	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	10.329	6.670
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	12.292	5.622
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	22.621	12.292
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	10.329	6.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas	241.334	272.882
Venda de serviços	213.326	226.202
Receitas de construção - ativos da concessão	26.074	44.718
Outras receitas	1.934	1.962
Insumos adquiridos de terceiros	(270.164)	(129.613)
Custo dos serviços prestados	(63.140)	(111.316)
Materiais, energia, serviços e outros	(21.040)	(18.297)
Provisão para perda por redução valor	(185.984)	-
Valor adicionado bruto	(28.830)	143.269
Retenções	(79.027)	(54.403)
Depreciação, amortização e exaustão	(79.027)	(54.403)
Valor adicionado líquido	(107.857)	88.866
Valor recebido em transferência	3.760	4.905
Receitas financeiras	3.760	4.905
Valor adicionado total a distribuir	(104.097)	93.771
Distribuição do valor adicionado:	104.097	(93.771)
A - Pessoal e encargos	(23.663)	(17.093)
Remuneração direta	(13.041)	(9.966)
Benefícios	(5.640)	(3.557)
F.G.T.S.	(1.207)	(735)
Outros	(3.775)	(2.835)
B - Impostos, taxas e contribuições	(30.266)	(22.744)
Federais	(20.325)	(12.207)
Municipais	(9.941)	(10.537)
C - Juros e aluguéis	(35.799)	(46.049)
Juros	(35.661)	(42.478)
Aluguéis	(906)	(863)
Outros	768	(2.708)
D - Remuneração do capital próprio	193.825	(7.885)
Prejuízos (lucros) retidos	193.825	(7.885)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte” ou “Companhia”) localizada à Rua Seimu Oguido, 242, em Londrina, Paraná, é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

Situação operacional - Ação Civil Pública (MPF) e Ação Popular

No dia 23 de novembro de 2018 a Companhia foi notificada da liminar deferida pelo Juízo de Jacarezinho nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 5010042-54.2018.4.04.7013/PR, proposta pelo Ministério Público Federal, que suspendeu todos os termos aditivos referentes ao Contrato de Concessão desde 2000. Dessa forma, no mesmo dia, foi suspenso a cobrança na Praça de Jacarezinho e determinou a redução em 26,75% das tarifas praticadas nas demais praças de sua arrecadação. Houve também o bloqueio judicial dos saldos disponíveis nas contas bancárias na ordem de R\$ 6,7 milhões.

No dia 26 de novembro de 2018 foi interposto Agravo de Instrumento ao Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que proferiu, em 05 de dezembro de 2018, despacho/decisão julgando prejudicado o pedido de suspensão de liminar da Companhia. Dessa forma, a cobrança da tarifa na Praça de Jacarezinho foi retomada no dia 06 de dezembro de 2018, bem como suspensa a redução das tarifas em 26,75%. Entretanto, no dia 10 de dezembro de 2018 a Juíza Substituta da 1ª Vara Federal de Curitiba ratificou a decisão da medida liminar que fora concedida pelo Juízo Federal de Jacarezinho e, como consequência, a cobrança da tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho voltou a ser suspensa, bem como a redução das tarifas em 26,75% nas demais praças.

No dia 18 de dezembro de 2018, o Desembargador Relator do Agravo de Instrumento interposto pela Companhia no Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu pelo deferimento parcial do efeito suspensivo da decisão da 1ª Vara Federal de Curitiba no sentido de desbloquear as contas bancárias da Companhia, mantendo-se, contudo, as demais determinações. O recurso no montante de R\$ 6,7 milhões que se encontrava bloqueado desde o dia 23 de novembro de 2018 foi disponibilizado novamente para movimentação no dia 19 de dezembro de 2018.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Em 10 de dezembro de 2018, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (“TRF-4”) decidiu pela incompetência do Juízo de Jacarezinho e remeteu o processo à 1ª Vara Federal de Curitiba que ratificou a liminar concedida anteriormente. Em 28 de fevereiro de 2019, a decisão foi suspensa pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça. No entanto, em 01 de março de 2019, nos autos da Ação Popular nº 2006.70.13.003009-4, por meio de Pedido de Tutela Inibitória promovido pelo Ministério Público Federal, no âmbito de cumprimento provisório de sentença, foi determinada novamente a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio na praça de Jacarezinho, bem como a continuidade da operação nas rodovias BR-369 e PR-090.

Investigação interna – Operação Integração

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia, na sede social de sua Controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Controladora”) e na sede da Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Tibagi”), subsidiária da Triunfo. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, por meio da 48ª fase da Lava Jato, denominada Operação Integração. Foi, ainda, decretada a prisão do executivo Sr. Hélio Ogama, ex-Presidente da Econorte, e Sr. Sandro Antônio de Lima, Diretor Administrativo e Diretor com Investimentos da Companhia, e ex-Diretor Financeiro da Econorte, em 27 de fevereiro de 2018, Sr. Helio Ogama, foi exonerado do cargo pelo Conselho de Administração da Companhia.

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Triunfo instituiu um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados no mandado de busca e apreensão. O Comitê Independente contratou o escritório Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação e conta com dois Conselheiros Independentes da Triunfo e um terceiro membro independente com ampla experiência no mercado de capitais.

No dia 26 de setembro de 2018, a Polícia Federal cumpriu novo mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de sua Controladora. A ordem judicial teve origem na 23ª Vara Federal de Curitiba, sendo denominada como Operação Integração II, em continuidade à investigação iniciada em 22 de fevereiro de 2018. Foi, ainda, decretada a prisão preventiva do Sr. Luiz Fernando Wolff de Carvalho, presidente do Conselho de Administração da Triunfo, que apresentou renúncia ao cargo na mesma data. A prisão citada foi revogada por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em 08 de outubro de 2018.

O novo mandado de busca e apreensão teve como fundamento suspeita de fatos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas rodovias federais concedidas pelo Estado do Paraná, incluindo a Econorte.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

As investigações estão apoiadas em acordos de colaboração premiada firmados com o MPF pelos réus Nelson Leal Junior (Ex-Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná - DER/PR) e Hélio Ogama, detidos na primeira fase da Operação Integração, bem como por Hugo Ono, *ex-Controller* da Econorte.

Em 28 de janeiro de 2019 o Ministério Público Federal ofereceu denúncia perante a 23ª Vara Federal de Curitiba contra ex-executivos da Companhia e da Econorte.

Em 29 de abril de 2019, os trabalhos do Comitê Independente foram concluídos e seus resultados apresentados ao Conselho de Administração. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos com relação à existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal. No entanto, o Conselho de Administração analisará a implantação de recomendações do Comitê Independente, visando o aperfeiçoamento da estrutura de governança e de práticas anticorrupção. O Comitê Independente concluiu seus trabalhos e foi encerrado.

A Companhia tem atendido a todas as informações solicitadas pelas autoridades competentes.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 08 de maio de 2019.

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo ou se forem instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente— Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Desreconhecimento (baixa)--Continuação

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassé”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

- Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente— Continuação

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utilizou em uma operação financeira instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de juros.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

iii) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e passivo financeiro quando o valor justo do instrumento for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado.

A Companhia possui um swap de taxa de juros utilizado para proteger a exposição a variações no valor justo de debenture à taxa de CDI + 1,90 a.a.. Vide Nota 13 para mais detalhes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Intangível--Continuação

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Cumulativa	3,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Não Cumulativa	7,60%
PIS - Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS - Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise anual de redução ao valor recuperável (*impairment*) independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2019 e no plano de negócios de longo prazo de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O resultado apurado no teste de impairment para a controlada Econorte foi inferior à soma dos saldos do ágio (reconhecido na Triunfo) e ativo intangível registrados em 31 de dezembro de 2018, identificando assim a necessidade do registro da provisão para perda por desvalorização de seus ativos no valor de R\$215.809, sendo R\$6.778 na Triunfo (ágio sobre aquisição de investimento de R\$ 41.476 referente a custo menos R\$34.697 de amortização acumulada) e R\$209.031 na Econorte (redução do ativo intangível, sendo R\$ 23.047 referente a reserva de reavaliação – R\$205.236 de custo, menos R\$182.189 de amortização acumulada, com impacto no patrimônio líquido na rubrica de reserva de reavaliação – e os R\$185.984 restantes, com impacto no resultado do exercício).

A Companhia esclarece que o resultado do teste de impairment da Econorte em 2018 foi impactado por dois principais motivos: (i) o alto volume de obras concentradas no final da concessão, fazendo com que o saldo do ativo intangível chegasse neste momento em valor inferior à recuperabilidade pelo fluxo de caixa esperado para os últimos anos; e (ii) em decorrência da Ação Popular, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 item xii, foi considerado um cenário conservador sem a arrecadação de tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho, reduzindo ainda mais o fluxo de caixa projetado para esta análise.

Os resultados apurados nos testes de impairment para as demais controladas da Companhia foram superiores aos saldos contábeis, sendo assim, não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

2.7. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Provisões--Continuação

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção da ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.8. Normas, alterações e interpretações de normas

Estão descritas a seguir novas normas e alterações que foram emitidas, mas não estavam em vigor:

IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui os normativos contábeis internacionais IAS 17, IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27. No Brasil, a norma correlata é o CPC 06 (R2). Este novo normativo estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme a IAS 17. O padrão inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)--Continuação

Na data de início de um arrendamento, um arrendatário reconhecerá um passivo referente aos pagamentos de arrendamento (passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento (direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também serão solicitados a reavaliar o passivo de arrendamento após a ocorrência de certos eventos (por exemplo, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos futuros do arrendamento derivado de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar esses pagamentos). O arrendatário geralmente reconhecerá o valor da remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2) é efetivo para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por adotar a nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019, pelo método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados na data da aplicação inicial.

A Companhia pretende optar por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

A Companhia realizou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2) sobre suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018. Em resumo, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o seguinte:

Impacto na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018:

Ativos	Em R\$ mil
Direito de uso	4.385

Passivos	Em R\$ mil
Passivo de arrendamento	(4.385)

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)--Continuação

A Companhia utilizou o expediente prático previsto no CPC 06 (R2) de reconhecer o passivo de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17), mensurando este passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário, ou a taxa implícita no arrendamento quando aplicável, na data da adoção inicial. Adicionalmente reconheceu o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e mensurou este ativo de direito de uso ao valor equivalente do passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Impacto na demonstração do resultado de 2018:

Demonstração do Resultado	Em R\$ mil
Despesas operacionais evitadas com nova norma de arrendamento	1.713
Despesas de depreciação e amortização com arrendamento	(1.622)
Lucro operacional	91
Despesas financeiras – juros e atualização monetária de arrendamentos	(503)
Resultado do Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda	(412)

Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro operacional da Companhia melhorará, enquanto sua despesa com juros e depreciação aumentará. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos três anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

Estimativas e premissas

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalência de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos seguintes saldos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalência de caixa		
Caixa geral (praças e sede)	1.644	1.989
Bancos	6.506	7.106
Valores transitórios (transporte de valores)	.	535
Aplicação financeira disponível	14.471	2.662
	<u>22.621</u>	<u>12.292</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam saldos com restrições de caixa. As aplicações financeiras são remuneradas a 100% do CDI.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras vinculadas		
Certificado de depósito Interfinanceiro (CDI)	17.626	16.716
Títulos de capitalização Ouro Cap. BB	35	35
	<u>17.661</u>	<u>16.751</u>
Ativo circulante	17.626	16.716
Ativo não circulante	35	35

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui um saldo de aplicação financeira junto ao banco Itaú no montante de R\$ 17.626 (R\$ 16.716 em 31 de dezembro 2017) que está vinculada ao contrato da 3ª emissão de debêntures efetuada em abril de 2015, a emissora deverá transferir mensalmente, para a Conta de Reserva do Serviço da Dívida recursos em montante equivalente a 1/6 (um sexto) do valor da próxima parcela vincenda das Debêntures. As aplicações financeiras são remuneradas à 100% do CDI, sendo todas elas junto a Instituições financeiras de primeira linha, monitoramos diariamente os rendimentos e saldos gerindo assim possíveis riscos de mercado e crédito de sua carteira de crédito.

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Visanet	651	935
Dbtrans	508	143
Conectcar	245	382
Movemais	539	-
Via Fácil	5.830	12.473
Outras contas a receber	-	108
	<u>7.773</u>	<u>14.041</u>

As contas a receber da Companhia não apresentam montantes vencidos e nem histórico de inadimplência, as empresas administradoras dos cartões pós pagos não possuem nesta data nenhuma restrição de crédito, e nenhum fator no mercado que possa a vir ser considerada como possível inadimplentes. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

Contas a receber da Companhia possui cessão fiduciária de direitos creditórios e de direitos emergentes em garantia sob condição suspensiva para a 3ª emissão de debêntures.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível e intangível em construção

Custo	Intangível					Total	Intangível em construção
	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e Softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis		
Saldo em 31/12/2016	381.835	261.411	2.517	5.487	10.047	661.297	-
Aquisições	38.699	561	584	2.638	2.236	44.718	-
Baixas	-	(360)	(381)	-	(319)	(1.060)	-
Transferências	-	-	-	(921)	921	-	-
Saldo em 31/12/2017	420.534	261.612	2.720	7.204	12.885	704.955	-
Aquisições	8.643	945	332	-	1.235	11.155	14.919
Baixas intangível	-	-	-	-	(319)	(319)	-
Baixas reavaliação ¹	(171.830)	(33.406)	-	-	-	(205.236)	-
Adoção inicial CPC 47 / IFRS 15	-	-	-	(7.204)	-	(7.204)	7.204
Transferências	12.294	13	-	-	-	12.307	(12.307)
Saldo em 31/12/2018	269.641	229.164	3.052	-	13.801	515.658	9.816
Amortização							
Saldo em 31/12/2016	(180.567)	(150.481)	(1.397)	-	(4.582)	(337.027)	-
Amortização	(36.161)	(16.717)	(256)	-	(1.269)	(54.403)	-
Baixas	-	361	377	-	231	969	-
Saldo em 31/12/2017	(216.728)	(166.837)	(1.276)	-	(5.620)	(390.461)	-
Amortização	(53.705)	(22.875)	(424)	-	(2.023)	(79.027)	-
Baixas intangível	-	-	-	-	282	282	-
Baixas reavaliação ¹	151.541	30.648	-	-	-	182.189	-
Saldo em 31/12/2018	(118.892)	(159.064)	(1.700)	-	(7.361)	(287.017)	-
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2017	203.806	94.775	1.444	7.204	7.265	314.494	-
Saldo em 31/12/2018 – antes da provisão para impairment	150.749	70.100	1.352	-	6.440	228.641	9.816
Provisão para impairment	(122.624)	(57.022)	(1.100)	-	(5.238)	(185.984)	-
Saldo em 31/12/2018	28.125	13.078	252	-	1.202	42.657	-

1) Valor de baixa de Pavimentos e Ampliação de capacidade referente a reversão de saldo de reserva de reavaliação em decorrência de ajuste de *impairment*.

	31/12/2018	31/12/2017
Valores que não afetaram diretamente o caixa da companhia		
Adições do intangível	9.802	-

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível e intangível em construção--Continuação

Os intangíveis têm vida útil definida e estão sujeitos a análise de *impairment* anual. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

No exercício de 2018, a Companhia concluiu que seus intangíveis estavam registrados por valor superior ao valor recuperável, para fins de adequação ao valor em uso dos intangíveis da Econorte foi reconhecida uma redução por *impairment* no total de R\$ 209.031, R\$ R\$ 23.047 como baixa da reserva de reavaliação sem efeito no resultado, e R\$ 185.984 de efeitos com *impairment* com efeito no resultado. A referida provisão foi motivada pela suspensão da cobrança de tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho e pela redução de 26,75% nas demais praças, conforme divulgado nas notas 1 e 24. Adicionalmente a Companhia, com auxílio de seus assessores jurídicos, considerou em seu teste de impairment a premissa de retomada de geração de caixa na praça de Cambará (como compensação à suspensão da cobrança em Jacarezinho) para meados de julho de 2019, contudo, a referida premissa depende do êxito dos trâmites jurídicos atualmente em curso pela Companhia.

A Companhia está apresentado o intangível em construção como Ativo de Contrato, de acordo com a adoção do CPC 47 (IFRS 15)

8. Empréstimos

	Encargos	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander			
Conta garantia	132,5% do CDI	-	15.000
Capital de giro	3,25% a.a. + CDI	9.450	-
Provisão de juros mensais		70	-
Despesas antecipadas (IOF)		(116)	-
		9.404	15.000

Os empréstimos contraídos possuem o aval da controladora TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

A conta garantia junto ao Santander tinha o prazo de vencimento em 06/03/2018, no dia 05/03/2018, foi emitido no lugar da conta garantia um CDCCG (cédula de crédito bancário de capital de giro) com a vigência até 08/07/2019, com vencimentos de parcelas fixas conforme tabela abaixo e juros mensais.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos--Continuação

O empréstimo tem o seguinte cronograma de vencimento:

Período	% de pagto	31/12/2018
janeiro-19	14%	1.350
fevereiro-19	14%	1.350
março-19	14%	1.350
abril-19	14%	1.350
maio-19	14%	1.350
junho-19	14%	1.350
julho-19	14%	1.350
	100%	9.450

Não há cláusulas restritivas nos empréstimos vigentes.

9. Debêntures

Em 09 de abril de 2015, foi aprovada pela CVM a 3º (terceira) emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 24.600 (vinte e quatro mil e seiscentas) debêntures no valor de R\$10.000 (dez mil reais) cada com emissão em 15 de abril de 2015. As debêntures terão um prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, vencendo em 15 de abril de 2020.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, pagamento de despesas de capital e investimentos em bens de capital, recomposição do caixa para uso geral, liquidação antecipada da 2º emissão das debentures e pagamento de capital de giro junto ao banco Santander e outros credores.

As remunerações das debêntures ocorrem em 10 (dez) parcelas semestrais consecutivas sendo a primeira paga em 15 de outubro de 2015. O principal das debêntures está sendo pago em 9 (nove) parcelas semestrais consecutivas sendo a primeira paga em 15 de abril de 2016.

Em 25 de agosto de 2016 foi realizada uma AGDEB Assembleia Geral de Debenturistas da 3º emissão de debentures simples, no qual houve a alteração de algumas cláusulas no qual as mais relevantes são: (i) alteração da obrigatoriedade da constituição da reserva da dívida do valor do principal mais juros da próxima parcela a vencer, ficando a constituição somente da próxima parcela mais juros a ser constituída dentro do período de seis meses antes do próximo pagamento, e;(ii) alteração da sobretaxa (*spread*) passando de CDI+1,90% a.a. para CDI+3,20% a.a.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

Por conta da assinatura do 6º termo aditivo contratual (antecipação de investimentos), que resultou no rebaixamento do rating da Econorte para BBB-(bra), a Companhia ficou exposta ao vencimento antecipado da 3ª emissão de debêntures simples. Seguindo o rito regido em contrato, foi convocada Assembleia Geral de Debenturistas pelo agente fiduciário, realizada em 04 de junho de 2018, na qual ocorreu a deliberação da não declaração de vencimento antecipado das debentures em contrapartida ao pagamento de uma antecipação de R\$ 30.000 do montante principal, no qual será deduzido em R\$ 7.500 das próximas 4 parcelas vincendas. Em 28 de setembro de 2018 foi realizada uma nova AGDEB, onde por unanimidade os Debenturistas deliberaram pela não declaração de vencimento antecipado das debentures em vista a emissão do novo relatório de rating no qual foi retirada a observação negativa.

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

Data	% de resgate	Quantidade	Antecipação	31/12/2018	31/12/2017
15/04/2018	9,75%	23.985	-	-	23.985
15/10/2018	9,75%	23.985	-	-	23.985
15/04/2019	15,50%	38.130	(7.500)	30.630	38.130
15/10/2019	15,50%	38.130	(7.500)	30.630	38.130
15/04/2020	16,50%	40.590	(7.500)	33.090	40.590
	67,0%	164.820	(22.500)	94.350	164.820
Despesas antecipadas				(1.920)	(3.360)
Provisão de juros mensais				1.802	3.521
Valor justo debentures				-	1.750
				94.232	166.731
Passivo circulante				61.623	57.703
Passivo não circulante				32.609	109.028
				94.232	166.731

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Os *covenants* vinculados às debêntures estão demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,20;
- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,20;

A Companhia deverá manter, durante toda a vigência do contrato os índices limites, apurados trimestralmente relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. A Companhia cumpriu com todos os indicadores (*covenants*) relacionados aos contratos de debêntures em 31 de dezembro de 2018.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda	-	1.666
Contribuição social	-	766
PIS	74	141
COFINS	342	649
ISS	738	1.022
Outros tributos	200	191
Total das obrigações tributárias	<u>1.354</u>	<u>4.435</u>

11. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para riscos são suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Econorte identificou processos que requerem registro de provisão. Para determinados casos com risco de perdas prováveis foi requerido depósito judicial conforme movimentação abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para riscos trabalhistas	(374)	-	109	(265)
Depósitos judiciais	1.909	46	(1.631)	324
	<u>1.535</u>	<u>46</u>	<u>(1.522)</u>	<u>59</u>

A Econorte não constituiu provisões contábeis para os riscos avaliados por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estes riscos envolvem, substancialmente, questões trabalhistas, cíveis e tributárias cujo montante, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$51.723 (R\$52.723 em 31 de dezembro de 2017).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 14 de junho de 2018, foi aprovado um aumento de capital da Companhia em R\$ 30.000. Assim, o capital social subscrito e integralizado passou de R\$ 49.200 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 79.200 em 31 de dezembro de 2018. Este montante foi destinado ao pagamento antecipado de R\$ 30.000 do montante principal das debêntures conforme descrito na nota explicativa nº 9. A Triunfo é detentora de 100% do capital social da Companhia, representado em 31 de dezembro de 2018 por 18.928.597 ações ordinárias sem valor nominal (13.600.000 em 31 de dezembro de 2017).

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, foi destinado pela Companhia o valor de R\$ 949 referente aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme estatuto social. Esse montante foi revertido para reserva de lucros no segundo trimestre de 2018, conforme AGO de 26 de abril de 2018.

Em 04 de junho de 2018, foi realizada AGDEB (Assembleia Geral de Debenturistas) da 3º emissão de debentures simples na qual foi deliberado a vedação à possibilidade de distribuição de dividendos pela Companhia até a quitação do saldo devedor das debêntures.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2003 a Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado, tendo registrado reavaliação no valor de R\$ 53.537. Em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando o montante de R\$ 152.666 (R\$ 100.760, líquido dos efeitos tributários), com base em laudo técnico emitido por empresa especializada. Os tributos incidentes foram reconhecidos a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorreram na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram. Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$15.211 e foi integralmente revertido em decorrência da avaliação de recuperabilidade do ativo intangível (teste de *impairment*).

d) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da reserva legal é R\$ 394. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva legal foi utilizado em sua totalidade para compensação de prejuízo líquido do exercício.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva estatutária é R\$660. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva estatutária foi utilizado em sua totalidade para compensação de prejuízo líquido do exercício.

13. Instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente a caixa, aplicações financeiras, fornecedores, empréstimos e derivativos.

Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações Financeiras - são classificadas como custo amortizado.
- ii. Empréstimos - são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

A política de gestão de riscos da Companhia tem como objetivo atrelar aos mesmos indexadores tanto a atualização dos saldos de seus ativos quanto os saldos de seus passivos. Nesse sentido, indexadores diferentes de índices de inflação (IPCA, por exemplo) para atualização de saldos passivos são considerados risco para a Companhia, pois seus ativos são remunerados por índices de inflação.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantém um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à 3ª emissão de debênture emitida em abril de 2015. O contrato de swap prevê que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a.

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

O instrumento financeiro derivativo é mensurado a valor justo a partir de inputs significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

A Companhia mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Perda instrumentos derivativos	(24.925)	(26.945)
Marcação a mercado derivativos	875	1.791
Total instrumentos financeiros derivativos	<u>(24.050)</u>	<u>(25.154)</u>
Passivo		
Circulante	(16.813)	(9.466)
Não circulante	(7.237)	(15.688)
	<u>(24.050)</u>	<u>(25.154)</u>

Ajuste a valor justo das debêntures

Valor justo das debêntures	-	(1.750)
Total valor justo debêntures	<u>-</u>	<u>(1.750)</u>
Circulante	-	(7.652)
Não circulante	-	5.902
	<u>-</u>	<u>(1.750)</u>

Em 30 de junho de 2018, houve alteração relevante na prática contábil adotada para valorização do swap, devido a alteração das taxas de remuneração das Debêntures por meio de AGDEB, quando a remuneração da sobretaxa (spread) passou de CDI+1,90% a.a. para CDI+3,20% a.a. houve o “descasamento” das taxas da remuneração das Debêntures e as taxas do contrato de swap, o que foi o gatilho para que o hedge deixasse de existir e por consequência o registro das Debêntures passou a ser feito por seu custo amortizado e não mais por seu valor justo, como a Administração vinha realizando anteriormente.

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

<u>Prazo</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>Total</u>
<u>Valor</u>	(16.813)	(7.237)	(24.050)

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

- Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

- Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente.

- Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Projeção das Receitas Financeiras – 2019

Aplicações Financeiras					
<u>Indexador</u>	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case <u>Cenário Provável</u>	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<u>CDI - %</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário I</u>	<u>6,50%</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>
	4,88%	3,25%		8,13%	9,75%

<u>Projeção das Receitas Financeiras - 2019</u>							
	<u>Taxa de Remuneração</u>	<u>Saldo Principal 31/12/2018</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	100% CDI	32.097	1.566	1.043	2.086	2.609	3.129
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS		32.097	1.566	1.043	2.086	2.609	3.129

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Projeção das Despesas Financeiras – 2019

Empréstimos e Financiamentos

	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Indexador	Cenário II	Cenário I		Cenário III	Cenário IV
3,2% a.a	4,88%	3,25%	6,50%	8,13%	9,75%
9,1% a.a	N/A	N/A	3,20%	N/A	N/A
3,25% a.a	N/A	N/A	9,10%	N/A	N/A
			3,25%	N/A	N/A

		Projeção das Despesas Financeiras - 2019					
	Taxa	Saldo Principal	Queda de	Queda de	Base Case	Aumento de	Aumento de
	de Juros	31/12/2018	25%	50%		25%	50%
CAPITAL DE GIRO							
Debentures	3,20% a.a + CDI	94.232	7.614	6.078	9.141	10.676	12.203
Derivativos	9,10% a.a + IPCA	24.050	3.362	2.970	3.752	4.144	4.533
EMPRESTIMO							
Banco Santander	3,25% a.a + CDI	9.404	765	611	917	1.070	1.223
TOTAL EMPRÉSTIMOS		127.686	11.741	9.659	13.810	15.890	17.959

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	(181.466)	11.654
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	61.698	(3.962)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Tributos diferidos não reconhecidos (provisão para perdas com desvalorização de ativos)	(63.234)	-
Redução valor recuperável dos impostos diferidos	(10.273)	-
Adições permanentes, líquidas	(509)	702
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	41	(509)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(12.359)</u>	<u>(3.769)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>(10.587)</u>	<u>(14.993)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>(1.772)</u>	<u>11.224</u>
Alíquota efetiva	-7%	32%

Não houve o reconhecimento de tributos diferidos ativos sobre a despesa de *impairment* registrada sobre os ativos intangíveis, uma vez que não haveria expectativas de realização do montante de R\$63.234 pela reversão do *impairment* no prazo de 3 anos, se registrados.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Sobre diferenças temporárias provisão para manutenção	17.389	15.722
Sobre instrumentos derivativos	8.177	8.552
Sobre valor justo debentures	-	594
Outras provisões temporárias	90	127
(-) Provisão perda por redução valor recuperável ativo diferido	<u>(25.656)</u>	<u>-</u>
	-	24.995
Passivo		
Sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação	-	(10.296)
Sobre diferença de depreciação / amortização	(15.383)	(20.658)
Sobre apropriação juros empréstimos obras em andamento	(315)	(420)
(+) Provisão redução valor recuperável passivo diferido	<u>15.383</u>	<u>-</u>
	<u>(315)</u>	<u>(31.374)</u>
	<u>(315)</u>	<u>(6.379)</u>

No cenário atual, sem a retomada da cobrança de pedágio da praça de Jacarezinho, (vide nota explicativa nº 1), não há expectativa de realização dos tributos ativo e passivos diferidos, portanto foi feita uma reversão no montante líquido de R\$ 10.273, no resultado do exercício de 2018.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas

As transações de contratação de serviços são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros.

15.1 Pessoas ligadas

Triunfo Participações e Investimento S.A.	Contas a pagar	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas diversas *	12.728	1.218
Dividendos	-	949
Total	12.728	2.167

* Rateio de despesas da controladora com base no contrato de rateio de custos comuns.

15.2 Transações comerciais

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de contratação de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, acrescido dos reajustes previstos, como segue:

	Contas a pagar a partes relacionadas		Contas a receber a partes relacionadas		Valores acumulados nos exercícios encerrados em 2018 e 2017							
					Intangível		Conservação		Operação		Despesas com aluguel	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Rio Tibagi	275	1.088	-	-	-	1.701	1.280	31.727	-	6.789	194	194
Rio Guaíba	217	-	-	-	252	-	-	-	-	-	-	-
Compasa Construtora	-	-	-	-	-	27.759	-	1.392	-	-	-	-
Triunfo	4.306	-	3.436	-	18.503	-	-	-	-	-	-	-
CTVIAS	50	61	-	-	-	-	710	61	-	-	-	-
Total	4.848	1.149	3.436	-	18.755	29.460	1.990	33.180	-	6.789	194	194

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas--Continuação

15.2 Transações comerciais--Continuação

Os montantes registrados nas rubricas de conservação, operação e aluguel estão registrados no resultado da Companhia. Tais despesas referem-se à manutenção e conservação das rodovias, assim como despesas inerentes à operação do negócio nas praças de pedágio e demais estruturas.

Contrato com a Rio Tibagi

Companhia contratou a empresa Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., também constituída majoritariamente pelo seu acionista controlador, que prestou serviços de operações de rodovias.

Os serviços contratados para 2018 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Controle de acessos a faixa de domínio	2018	1.280	1.280

CTVIAS – Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária

A Companhia contratou a CTVIAS, para prestar serviços de engenharia em infraestrutura com monitoramento e avaliação dos pavimentos, elementos de sinalização e de proteção e segurança integrantes das rodovias do lote 01.

Os serviços contratados para o período de agosto de 2017 a julho de 2018, e igualmente renovados para o período de agosto de 2018 a julho de 2019, e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Ensaio e monitoramento de pavimentos	2017/2018	759	759
	2018/2019	759	372

Contrato com a Construtora Triunfo

Em 28 de maio de 2018 a Companhia contratou a Construtora Triunfo S.A. para prestar serviços de manutenção, restauração das rodovias, bem como para realizar obras previstas no cronograma de investimentos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas--Continuação

15.2 Transações comerciais--Continuação

Contrato com a Construtora Triunfo--Continuação

Os serviços contratados/orçados para junho de 2018 a novembro de 2021 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados, como segue:

<u>Serviços contratados</u>	<u>Prazo</u>	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor executado</u>
Prestação de serviços especializados de engenharia de (i) execução de obras de duplicação, trincheiras, viadutos e pontes na BR 369 com 34,365 km de extensão, (ii) obras de restauração e manutenção, sistema de drenagem, obras de artes, obras complementares e sinalização, (iii) obras de interseção na BR 153 km 40,65 e km 17,80, PR 323 com PR 160 km 9,1 e PR 323 com PR 437 km 32,4, integrantes das rodovias do lote 01do Anel de Integração do Estado do Paraná.	2021	169.425	18.503

16. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas com esses administradores, totalizaram R\$1.864 (R\$1.831 em 31 de dezembro de 2017).

A Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril 2018 aprovou a remuneração dos administradores de até no máximo R\$2.199, por exercício. A Companhia não concede nenhum outro benefício a seus administradores, tais como fundos de aposentadoria, remuneração variável ou quaisquer benéficos pós-emprego.

17. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas de arrecadação	213.326	226.202
Receitas de construção - ativos da concessão	26.074	44.718
Receitas acessórias	1.934	1.962
Receita bruta de serviços	241.334	272.882
Impostos incidentes sobre serviços	(17.906)	(18.975)
Receita líquida	223.428	253.907

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas por natureza

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	(154.974)	(174.422)
Despesas operacionais	(218.787)	(27.549)
	<u>(373.761)</u>	<u>(201.971)</u>
Despesas por natureza		
Custo de serviços prestados	(34.447)	(61.056)
Custo com pessoal	(12.807)	(8.704)
Custo de construção - ativos da concessão	(26.074)	(44.718)
Despesas com pessoal e administradores	(10.857)	(8.388)
Amortizações	(79.027)	(54.403)
Gerais e administrativas	(21.946)	(19.161)
Seguros e verbas contratuais	(2.619)	(5.541)
Perdas redução valor recuperável	(185.984)	-
	<u>(373.761)</u>	<u>(201.971)</u>

Em 2018, tivemos uma redução de custos de serviços prestados em decorrência do encerramento do contrato junto a Rio Tibagi, que detinha as atividades fins de conservação e manutenção de rodovias e serviços operacionais de apoio aos usuários, conforme já mencionado nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, vide nota explicativa 15.2 transações com partes relacionadas. Esses serviços estão sendo realizados diretamente pela Econorte, assim tendo efeito contrário no aumento de custos em decorrência do encerramento dos serviços terceirizados e acréscimo de custos com pessoal, através da internalização do quadro de funcionários.

Outra redução significativa em custos está em custos com seguros e verbas contratuais, diretamente relacionado ao não pagamento da verba de fiscalização junto ao DER/PR, poder concedente, em decorrência do 6º aditivo de fevereiro de 2018, com as antecipações de investimentos, esse custo de R\$ 300mil mensais foi extinto para o período, voltando a ser pago de 2019 em diante.

No exercício de 2018, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$185.984, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicação	1.955	2.406
Instrumentos derivativos	1.799	803
Valor justo debêntures	-	99
Ganho valor justo swap	-	1.506
Outros rendimentos	6	91
	<u>3.760</u>	<u>4.905</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(1.413)	(1.702)
IOF sobre empréstimos	(237)	(382)
Variações monetárias debentures	(12.236)	(24.912)
Despesas sobre manutenção rodovias	(3.811)	(5.223)
Instrumentos derivativos	1.055	(2.295)
Valor justo debêntures	-	(719)
Perda valor justo swap	(12.193)	(2.298)
Despesas com debentures	(5.936)	(7.623)
Outros	(122)	(33)
	<u>(34.893)</u>	<u>(45.187)</u>
Total	<u>(31.133)</u>	<u>(40.282)</u>

20. Litígio na Concessão

Em 28 de novembro de 2014, a Econorte em conjunto com o Poder Concedente assinou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Termo Aditivo n. 272/2014), o qual foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná.

O Termo Aditivo, em síntese, restabelece o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, extinguindo os passivos contratuais existentes desde 2002 (data do último aditivo contratual). Nesse contexto, o aditivo proporciona efeitos transacionais, preventivos e extintivos de litígio, em relação a cada um dos processos existentes que cada parte mantinha, uma frente ou outra, ou seja, reconhece a perda superveniente do interesse de agir em relação aos diversos processos perpetuados pela administração anterior, na busca da redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais, como também nas diversas medidas judiciais apresentadas pela Companhia contra o Governo do Estado do Paraná e/ou frente ao Departamento de Estrada e Rodagem do Paraná.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Litígio na Concessão--Continuação

Em síntese, a Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, busca a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores, reiterando o compromisso e o objetivo de manter incólumes o Contrato de Concessão e seus, Termos Aditivos firmados entre a Econorte e o Estado do Paraná, com a manutenção da integridade do programa de concessão de que é titular.

Em 15 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Paraná o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 071/97. O Termo Aditivo trata a readequação do cronograma de investimentos da Econorte, anteriormente concentrados no último ano da concessão (2021), para os anos de 2018 a 2021.

Tal readequação considera a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato e seus aditamentos, sem alteração das regras contratuais e dos valores das tarifas de pedágio praticadas atualmente. O Termo Aditivo foi homologado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR.

21. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguro e garantia--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Nº Apólice	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Garantia Merchant Bank	Carta Fiança	0561/2018	jan/2018 a dez/2018	545	90.869
Chubb Seguros Brasil S.A	Resp civil	17.51.0030378-28	jan/2018 a jan/2019	537	10.000
Chubb Seguros Brasil S.A	Riscos operacional e engenharia	17.96.0005071-28	jan/2018 a jan/2019	490	89.093
					<u>189.962</u>
					Limite máximo de indenização: Seção I-Danos patrimoniais 27.786
					Limite máximo de indenização: Seção II -Engenharia 400
					Limite máximo de indenização: Seção III-Perdas de receitas 60.907
					Limite máximo de indenização: Seção IV-Responsabilidades 10.000

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Para o exercício de 2019, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Nº Apólice	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Garantia Merchant Bank	Carta Fiança	1266/2018	dez/2018 a dez/2019	727	90.869
Sompo Seguros S.A	Resp. civil	5.100.000.119	jan/2019 a jan/2020	536	12.500
Tokio Marine Seguradora S.A	Riscos operacional e engenharia	180 001007913	jan/2019 a jan/2020	511	88.900
					<u>192.269</u>
					Limite máximo de indenização: Seção I-Danos patrimoniais 28.000
					Limite máximo de indenização: Seção II -Engenharia 400
					Limite máximo de indenização: Seção III-Perdas de receitas 60.500
					Limite máximo de indenização: Seção IV-Responsabilidades 12.500

22. Compromissos com a concessão

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos com a concessão--Continuação

Em 15 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Paraná o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 071/97. O Termo Aditivo trata a readequação do cronograma de investimentos da Econorte, anteriormente concentrados no último ano da concessão (2021), para os anos de 2019 a 2021.

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 303.377. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	
	56.207	84.852	97.203	238.262
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Total</u>
Manutenções previstas	15.476	16.897	32.742	65.115

Durante o exercício de 2018, as obras realizadas foram 44% abaixo do cronograma de obras previsto pela Administração, principalmente em função da substituição da construtora que está à frente das obras, antes Compasa, e partir de maio de 2018, Construtora Triunfo. A Econorte cumprirá com todos os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão para o exercício de 2018 no exercício subsequente, bem como o cronograma inicialmente previsto para o ano de 2019.

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao período de 2019 a 2021, descontando a valor presente à taxa interna de retorno de 9,92% a.a. A Companhia tem provisão referente manutenção das rodovias a ser realizado pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, como demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para manutenção - curto prazo	29.103	25.306
Provisão para manutenção - longo prazo	22.042	20.932
	51.145	46.238

23. Benefícios a empregados

Plano de Previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. As contribuições da empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$138 (R\$212 em 31 de dezembro de 2017) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$138 (R\$212 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos Subsequentes

Liminar – Ação Civil Pública

Em 02 de janeiro de 2019, por conta dos efeitos da liminar, a Companhia deixou de prestar serviços de atendimento médico e mecânico, bem como conservação e manutenção das rodovias BR-153 e PR-090.

Em 17 de janeiro de 2019, o juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba designou audiência de conciliação para o dia 07 de fevereiro de 2019, entre Estado do Paraná, DER/PR e a Companhia para discussão de proposta de solução para o desprovisionamento dos serviços da BR-153 e PR-090 que, dada a limitação de escopo da audiência, ficou remarcado para os dias 26 e 28 de fevereiro, a primeira para continuidade dos debates sobre os serviços de atendimento médico e mecânico aos usuários dos trechos da BR-153 e PR-090 e a segunda para debate da obra em andamento no Município de Santo Antônio da Platina. Em 26 de fevereiro de 2019 como não houve acordo, o juiz se comprometeu a decidir as seguintes questões: (i) do reajuste IPCA, (ii) da cobrança da praça de Cambará e (iii) da prestação dos serviços médico e mecânico até o dia 08 de março de 2019, após solicitação da Concessionaria por escrito e manifestação de todas as partes. Em relação à questão do Contorno, ficou decidido que o DER se manifestaria em 30 dias, e que a Concessionaria deveria suspender os estudos que vinha fazendo com base no traçado original. Em 28 de fevereiro de 2019, foi realizada audiência de conciliação entre Estado do Paraná, DER/PR e a Companhia para continuidade dos debates da obra em andamento no Município de Santo Antônio da Platina. Como também não houve acordo, ficou determinado que caberia às partes peticionar para obtenção de decisão judicial sobre a continuidade da obra.

Em 28 de fevereiro de 2019 o Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça decidiu pela suspensão dos efeitos da liminar da decisão da 1ª Vara de Curitiba. Dessa forma, como consequência da integral suspensão da decisão, ficou restabelecida a cobrança da tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho, bem como suspensa a redução das tarifas em 26,75% nas demais praças da Companhia.

Pedido Incidental de Tutela Inibitória – Ação Popular

Em 01 de março de 2019, o juízo da 1ª Vara Federal de Jacarezinho proferiu decisão em relação ao Pedido Incidental de Tutela Inibitória proposto pelo Ministério Público Federal, no autos de cumprimento provisório de sentença de ação popular de n.º 2006.70.13.003009-4, determinando que a Companhia não reassumisse a cobrança de tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho e retomasse provisoriamente (até retomada definitiva do trecho por parte da União) o atendimento médico e mecânico, entre outras providências urgentes, nas rodovias BR-153 e PR-090.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos Subsequentes--Continuação

Assembleia Geral de Debenturistas – 3º Emissão de Debêntures

Em 19 de fevereiro de 2019 foi alterada a classificação da respectiva nota de BBB-(bra) para CCC(bra) nos termos do novo relatório de revisão extraordinária do Rating realizada pela Fitch Ratings Brasil Ltda. Por se tratar de hipótese de vencimento antecipado não automático, foi convocada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), para deliberação pela sua não declaração.

Em 11 de março de 2019 foi realizada AGD que deliberou pela aprovação da utilização do saldo atual em conta reserva, referente às cinco últimas parcelas já constituídas do vencimento em abril de 2019, para amortização extraordinária do saldo devedor atualizado das debêntures, autorização prévia para a não constituição da 6ª parcela da conta reserva, *waiver* para não declaração do vencimento antecipado em razão da não constituição da 6ª parcela da conta reserva e *waiver* para a não declaração de vencimento antecipado das debêntures, resultante tanto do rebaixamento da nota de rating da Companhia de BBB-(bra) para CCC(bra) quanto para eventual futuro rebaixamento.

Em 15 de março de 2019 ocorreu a liquidação antecipada de R\$ 29,3 milhões do saldo atualizado das debêntures conforme deliberado em AGD.

Em 20 de março de 2019, a Fitch Ratings emitiu nota rebaixando o Rating Nacional de Longo Prazo para 'CC(bra)' da terceira emissão de debêntures da Companhia.

Em 11 de abril de 2019 foi realizada nova AGD que deliberou pela manutenção do *waiver* concedido para a não constituição integral da 6ª parcela da conta reserva e concessão de *waiver* pelo não pagamento da parcela prevista para 15 de abril de 2019, *waiver* para a não constituição das parcelas de abril e maio de 2019, que comporiam o saldo da conta reserva sobre a amortização prevista para 15 de outubro de 2019, aprovação de amortizações extraordinárias de R\$ 1,0 milhão cada, para 12 de abril de 2019, 12 de maio de 2019 e uma terceira vinculada a liberação das contas bancárias e concessão de *waiver* para a não apresentação das DFs e pelo rebaixamento do rating ocorrido em 20 de março de 2019 bem como para eventual futuro rebaixamento.

Em 12 de abril de 2019 ocorreu a amortização extraordinária de R\$ 1,0 milhão que foi reduzido do saldo atualizado das debêntures conforme deliberado em AGD.

Em 29 de abril de 2019, a Fitch Ratings emitiu nota rebaixando o Rating Nacional de Longo Prazo para 'C(bra)' da terceira emissão de debêntures da Companhia.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos Subsequentes--Continuação

Ações da Companhia para continuidade operacional

Os eventos mencionados acima resultaram na redução da geração de caixa da Econorte, em aproximadamente 50% (sendo 35% referente à suspensão de cobrança na praça de Jacarezinho e 15% nas demais praças), impactando principalmente no pagamento de dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de debêntures no curto prazo é de R\$61.623, com vencimento em abril (50%) e outubro (50%) de 2019. Para fazer frente a tal pagamento, a Econorte possui o saldo de R\$17.626 em aplicação financeira vinculada em 31 de dezembro de 2018, equivalente a 3/6 avos da dívida. Segundo a Administração em fevereiro a Econorte possui 5/6 acumulados para pagamento da parcela vincenda em abril/2019.

Além disso, não houve a correção da tarifa de pedágio decorrente dos repasses de inflação e requerimentos de reequilíbrio, as quais usualmente entram em vigência a partir de 01 de dezembro.

Em adição às debêntures, a Econorte também possui dívidas com o Santander no montante de R\$26.217, sendo R\$9.404 referente à capital de giro e R\$16.813 referente aos instrumentos financeiros derivativos swap sobre as debêntures. Para esta dívida, a Administração encontra-se em negociação com o Santander para a rolagem da dívida com a expectativa de remuneração de CDI + spread de 3% a 4%, com vencimento em 2020. Cabe mencionar que, eventual execução das garantias das dívidas resulta em enquadramento no plano de recuperação extrajudicial (RE) da Triunfo.

Diante do cenário exposto, a Administração da Triunfo e Econorte, contrataram o assessor financeiro Alvarez & Marsal, mesmo assessor financeiro que estruturou o plano de RE da Triunfo e controladas, para atuar ativamente na renegociação do fluxo de pagamento das debêntures, a ser aprovado em AGD em abril, e na reestruturação da dívida do Santander, considerando hair cut da dívida, conforme mencionado acima.

Em paralelo às discussões em andamento mencionadas acima, a Administração aguarda a decisão judicial referente à reabertura da praça de pedágio de Cambará, em substituição à praça de Jacarezinho, conforme previsto no contrato de concessão originalmente assinado com o poder concedente. Vale mencionar que a mudança da praça para Jacarezinho foi aprovada em um dos termos aditivos ao contrato de concessão. A tarifa estimada pela Administração para esta praça é de R\$11,80, a qual representa o valor original à época de contrato atualizado pelo IPCA acumulado no período.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos Subsequentes--Continuação

A Administração espera uma redução dos custos de manutenção e suporte rodoviário, uma vez que, em decorrência da redução/suspensão da arrecadação mencionada acima, foram atualmente suspensas as obras previstas no contrato, bem como, houve a suspensão dos serviços de socorro médico e mecânico no trecho em que houve a suspensão da cobrança do pedágio.

Em decisão proferida pela 23ª. Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, no âmbito da Operação Integração, as contas da Companhia, Econorte e Rio Tibagi foram novamente bloqueadas em 21 de março de 2019.

Os fatores mencionados acima, resultam na incerteza quanto à geração de fluxo de caixa da Econorte para honrar seus compromissos a vencer nos próximos 12 meses.